

Negociação causa ciúmes no Senado

Bancadas de Estados do Nordeste reclamam de tratamento dado a débitos dos mais ricos

RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — As negociações do ministro da Fazenda, Pedro Malan, com Rio Grande do Sul e Minas, em torno das dívidas dos dois Estados, começaram a provocar ciúmes no Senado. Um grupo de senadores do Nordeste acha que o governo está dando tratamento favorecido aos Estados mais ricos e prejudicando os mais pobres. Os senadores já prepararam minuta de resolução para alterar o limite de comprometimento das receitas estaduais com o pagamento de dívidas com a União, hoje de 11%.

O grupo é integrado pelo pefelista Edison Lobão (MA) e pelos peemedebistas Humberto Lucena, Ney Suassuna e Ronaldo Cunha Lima, todos da Paraíba. Lucena preside a subcomissão do Senado que analisa a questão das dívidas estaduais. A reação do grupo indica o grau das pressões que o governo sofrerá na nova rodada de negociação das dívidas.

Lobão afirmou que o governo federal está "cobrando impiedosamente" dos Estados a amortização e os juros das dívidas que eles têm com a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil e outras instituições oficiais, que foram renegociadas em 1991 e 1994. Mesmo assim, resolveu acolher os pleitos dos Estados mais ricos. Para ele, o tratamento dado ao Rio Grande do Sul e a Minas "é desigual e injusto" com os Estados pobres. "Queremos um tratamento equânime", disse.

Suassuna disse que os Estados pobres querem "igualdade de condições" com Minas e Rio de Janeiro, que estão conseguindo renegociar suas dívidas mobiliárias (em títulos públicos) pelo prazo de 30 anos, com

juros de 6% ao ano. "O governo precisa dar a mesma colher-de-chá para os outros", disse.

Na opinião do senador, os Estados que possuem dívidas mobiliárias pequenas serão prejudicados na nova rodada de negociações com o Ministério da Fazenda. São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro são responsáveis por 89,7% do total das dívidas mobiliárias dos Estados.

GRUPO
QUER MUDAR
LIMITE SOBRE
RECEITA